

Do Bolsa Família à Educação Superior: reflexões sobre políticas sociais, transferência de renda e políticas afirmativas.

Eric Gamaliel dos Santos Vieira*

RESUMO

Esta discussão pretende refletir sobre como pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza, cujas famílias passaram a receber o PBF - Programa Bolsa Família, adentraram e permaneceram na Educação Superior, partindo do pressuposto de que grande parte das/os beneficiárias/os do Programa Bolsa Família ainda não tenham acesso ao Ensino Superior por questões adversas, sobretudo pela própria trajetória de pobreza e vulnerabilidade. E, mesmo que acessem aos espaços formativos, os fatores de risco e empobrecimento ainda podem ser persistentes, o que dificultaria a permanência destes na academia. Ressalta-se que os estudos acerca do acesso e permanência de pessoas empobrecidas na educação superior tem se tornado cada vez mais expressivos, todavia, neste universo, há que se debruçar sobre as especificidades que perpassam as vidas de pessoas empobrecidas. Aqui, portanto, pretende-se uma reflexão a partir das trajetórias de estudantes de universidades públicas de um município da Região Oeste da Bahia, beneficiárias do Programa Bolsa Família que juntamente com o acesso à Programas de Assistência Estudantil e demais políticas sociais e afirmativas, vislumbram a superação das desigualdades e vulnerabilidades vivenciadas.

Palavras-chave: pobreza, transferência de renda, educação superior, trajetórias de vida.

ABSTRACT

This discussion aims to reflect on how people in poverty or extreme poverty, whose families started to receive the PBF - Bolsa Família Program, entered and remained in Higher Education, based on the assumption that a large part of the beneficiaries of the Bolsa Família Program still do not have access to Higher Education due to adverse issues, especially due to their own trajectory of poverty and vulnerability. And, even if they access training spaces, risk and impoverishment factors may still be persistent, which would make it difficult for them to remain in academia. It is noteworthy that studies on the access and permanence of impoverished people in higher education have become increasingly expressive, however, in this universe, it is necessary to focus on the specificities that permeate the lives of impoverished people. Here, therefore, a reflection is intended from the trajectories of students from public universities in a municipality in the Western Region of Bahia, beneficiaries of the Bolsa Família Program that, together with access to Student Assistance Programs and other social and affirmative policies, aim to overcome the inequalities and vulnerabilities experienced.

Keywords: poverty, income transfer, higher education, life trajectories.

* Mestre em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. (UFRB/2021); Doutorando do Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Estudos Éticos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

1 – INTRODUÇÃO

Na acepção mais imediata e generalizada, pobreza significa falta de renda ou pouca renda. [Por outro lado,] uma definição mais criteriosa vai definir pobreza como um estado de carência, de privação, que pode colocar em risco a própria condição humana. Ser pobre é ter, portanto, sua humanidade ameaçada, seja pela não satisfação de necessidades básicas (fisiológicas e outras), seja pela incapacidade de mobilizar esforços e meios em prol da satisfação de tais necessidades (LAVINAS, 2003, p. 29).

De início, faz-se necessário refletir que a pobreza não está compreendida - única e exclusivamente - nos aspectos monetários, na ausência de renda. Isso é elemento essencial, porém não isolado. Há que se ater às interfaces da pobreza no Brasil, que colocam as pessoas distantes dos ciclos de acesso à políticas públicas, como educação, saúde, segurança pública, bem como objetifica e desumaniza os sujeitos, além de em muitos contextos serem culpabilizados pela situação de pobreza em que se encontram, como se fossem estes os responsáveis pela situação de desigualdade instalada. A pobreza é um projeto de manutenção de poder, às custas de povos historicamente destituídos de seus direitos sociais básicos.

Compreende-se que no Brasil, desde a colonização, as desigualdades são escancaradas com a concentração de riquezas na mão de poucos, em detrimento do empobrecimento de uma grande parte da população. A exploração da força e das habilidades fez-se marca no processo de evolução e enriquecimento das elites. (SOUZA, 2017). Precisa-se problematizar o fato de que a população empobrecida no Brasil é, majoritariamente, negra, tendo em vista os processos históricos da organização política e econômica do país.

As estatísticas de cor ou raça produzidas pelo IBGE mostram que o Brasil ainda está muito longe de se tornar uma democracia racial. Em média, os brancos têm os maiores salários, sofrem menos com o desemprego e são maioria entre os que frequentam o ensino superior, por exemplo. Já os indicadores socioeconômicos da população preta e parda, assim como os dos indígenas, costumam ser bem mais desvantajosos (GOMES; MARLI, 2018, p. 14).

Partindo do pressuposto de que os ciclos de pobreza colocaram à margem da educação, desde a básica à superior, as pessoas negras, empobrecendo-as ainda mais, compreende-se que o próprio sistema de ensino, desde as séries primárias, pode tornar-se engrenagem para que a pobreza se potencialize, as exclusões se intensifiquem e se justifiquem.

Da mesma forma como se busca uma contextualização da pobreza e das consequências desta na vida de grande parte da população brasileira, é importante também

temporalizar as estratégias que surgem como possibilidades de redução deste problema público, numa perspectiva de enfrentamento às desigualdades e concessão de direito. Assim, este estudo destaca a importância da implantação e implementação de programas sociais, benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda destinados aos pobres no país, bem como as políticas afirmativas no campo da Educação Superior, com vistas à inclusão e reparação de faltas históricas.

Além da implementação de políticas sociais e programas de transferência de renda, a implantação de políticas afirmativas no âmbito da Educação Superior, como discute Munanga (2001) foram basilares no intuito de viabilizar o acesso desta população a um nível de escolaridade outrora reservado à elite brasileira. Ainda que se tenha um aumento no quantitativo de pessoas negras nas universidades, a reflexão acerca das condições para que este público acesse e permaneça na universidade ainda é continuamente necessária, visto que a expansão da Educação Superior no Brasil é uma política pública relativamente nova, mas com velhas e enrijecidas estruturas, que ainda reproduzem suas origens. Ela traz em seu bojo as marcas do processo colonizador, que reverbera práticas segregacionistas e excludentes, uma vez que sua implantação fora forjada no interesse de dar ensino de qualidade à elite econômica, sem qualquer preocupação com o acesso das populações empobrecidas e postas à margem deste universo.

Faz-se necessário ressaltar que os estudos acerca do acesso e permanência de pessoas empobrecidas na educação superior tem se tornado cada vez mais expressivos, todavia, neste universo, há que se debruçar sobre as especificidades que perpassam as vidas de pessoas empobrecidas, a exemplo do público mais específico que, em um dado momento que se configuraram importantes políticas sociais no país, foram beneficiadas por programas de transferência de renda e de assistência estudantil. Ainda que não estabelecida - ou objetivamente compreendida - uma relação direta entre estas políticas, a pretensão é, justamente, compreender como estas ações se integram, complementam ou divergem na trajetória destes sujeitos.

Portanto, esta discussão pretende refletir como pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza, cujas famílias passaram a receber o Programa Bolsa Família, adentraram e permaneceram na Educação Superior, partindo do pressuposto de que grande parte das/os beneficiárias/os do Programa Bolsa Família ainda não tenham acesso ao Ensino Superior por questões adversas, sobretudo pela própria trajetória de pobreza e vulnerabilidade. E, mesmo que acessem aos espaços formativos, os fatores de risco e empobrecimento ainda podem ser persistentes, o que dificultaria a permanência destes na academia.

Tem-se como referência a pesquisa intitulada “COMO É QUE POBRE FAZ UNIVERSIDADE: acesso e permanência de beneficiários do Bolsa Família na Educação Superior” (VIEIRA, 2020) realizada na Região Oeste da Bahia, com estudantes de Ensino Superior beneficiários do Programa Bolsa Família, a qual aponta que embora ainda existam fatores que dificultem o acesso e permanência de pessoas empobrecidas na Educação Superior, tanto os programas de transferência de renda quanto os programas de assistência estudantil são avanços nesta seara, que somados às redes de solidariedade, possibilitam a transformação de trajetórias marcadas pela exclusão e pelo contínuo esforço para superação das desigualdades.

Busca-se, portanto, um diálogo com as histórias de vida de Maria, José e Joana, interlocutores da pesquisa – cujos nomes são fictícios – referindo-se a três estudantes de universidades públicas situadas na cidade de Barreiras, residente em Município próximo à Universidade, sendo estes beneficiários do Programa Bolsa Família. Neste bojo, a pesquisa traz além das reflexões sobre estudos, mecanismos e estratégias para acessar políticas públicas, os sonhos, incertezas e projetos de vida daquelas/es que oferecem, através da narrativa de suas experiências e trajetórias, um caminho para a compreensão de como pessoas pobres fazem universidade.

2 – POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS COMO ESTRATÉGIAS PARA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Tão necessário quanto compreender as interfaces da pobreza no país, é imprescindível que se destaque as ações que surgem, no decorrer dos anos, como estratégias para superação da pobreza, extrema pobreza e situações tantas de desigualdades e segregação decorrentes das condições de empobrecimento vivenciadas por grande parte da população. Aqui, buscaremos enfatizar sobre a consolidação de políticas sociais, tais como o Programa Bolsa Família e as políticas afirmativas no âmbito da Educação Superior, a fim de pensar correlações entre estas e como implicam nas trajetórias de pessoas empobrecidas.

As reflexões teóricas sobre as políticas públicas e ações afirmativas aqui apresentadas serão dialogadas com as trajetórias dos estudantes entrevistados, no intuito de pensar conexões e correlações entre estes mecanismos e sua aplicabilidade na vida de pessoas empobrecidas que vislumbram um percurso acadêmico.

2.1 – Programas de Transferência de Renda no combate à Pobreza

A expansão dos programas sociais e de transferência de Renda no Brasil tem grande destaque na década de 90, quando se configuram importantes articulações entre pautas e agendas políticas, mobilizações populares, reestruturação de leis e algumas ações são implementadas para a superação de situações extremas de desigualdades. A efetivação dos programas sociais, juntamente com os benefícios de transferência de renda consolida-se por meio da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a qual define que:

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p. 01).

A consolidação da Política de Assistência Social abre possibilidades para o acesso a programas, projetos e serviços que visam a superação das desigualdades, condições de participação e emancipação, considerando os tantos marcadores sociais que atenuam as segregações e divisão de classes. Vale destacar aqui a configuração dos programas de transferência de renda que, atrelados a tantas outras ações previstas na Política Nacional de Assistência Social, vislumbram que a transferência direta de renda possibilite a autonomia e emancipação das famílias.

O Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: **Complemento da renda** – todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza. **Acesso a direitos** - as famílias devem cumprir algumas condicionalidades, que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social. Importante – as condicionalidades não têm uma lógica de punição; e, sim, de garantia de que direitos sociais básicos cheguem à população em situação de pobreza e extrema pobreza. Por isso, o poder público, em todos os níveis, também tem um compromisso: assegurar a oferta de tais serviços. **Articulação com outras ações** – o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza (MDS, 2015)

Ainda de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2018) em 2018 quase 46,6 milhões de brasileiros contavam, todos os meses, com o auxílio indispensável do Programa Bolsa Família para a garantia de alimentação, acesso à saúde e à educação das famílias. Essa foi uma realidade vista em quase todos os Estados e territórios do Brasil. Em se tratando da Região Oeste da Bahia, *locus* da Pesquisa realizada e, mais

especificamente do Município onde residiam os entrevistados, registra-se na plataforma do MDS (MDS, 2020b) que o PBF beneficiou, no mês de março de 2020, 4.544 famílias. As famílias recebiam benefícios com valor médio de R\$ 238,15 e o valor total transferido pelo Governo Federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 1.082.175,00 no referido mês. Ainda que aparentemente pouco, considerando um município de Pequeno Porte II, trata-se de praticamente um milhão de reais circulando mensalmente em um município de aproximadamente 33 mil habitantes, diretamente administrado pelas famílias que, além de utilizarem esta renda para acessar a bens serviços, movimentando o comércio local, também a aplicam para viabilizar o acesso a outras políticas públicas, como educação, saúde e cultura, dadas as tantas especificidades deste território.

Uma vez que se busca estabelecer uma possível correlação entre a transferência de renda e o acesso à Educação Superior, muito bem ilustra o diálogo de Joana, quando aponta que, apesar de ainda parecer mínimo o valor repassado pelo programa Bolsa Família, este subsidia ações e acessibilidades no âmbito da Educação Superior.

Porque tinha as passagens no sábado e eu gastava cinco pra ir... e cinco para vir: dez reais. Além dos coletivos que eu tinha que pegar no sábado, porque no sábado não tinha transporte escolar. Aí eu gastava em torno de quase R\$ 80. Que aí eu chegava lá... tinha hora que eu não tinha tempo de almoçar aqui, eu lanchava alguma coisa lá... e foi aonde ela falou: "Porque que você não sai do cadastro do seu pai e faz o seu próprio cadastro?" Aí ela me aconselhou a fazer isso, eu fui na secretaria, graças a Deus foi aprovado e eu tô quase um ano recebendo, praticamente um ano, é o que tá me ajudando.

- Você utiliza desse recurso para essas finalidades acadêmicas?

-Todinho! É alimentação, apostila, passagem se for preciso... é os noventa reais... (JOANA)

Várias reflexões acerca da efetividade do Programa Bolsa Família são postos na fala de Joana, inclusive sobre a fragilidade da base de dados do Cadastro Único, que muitas vezes não vincula todos os membros da composição familiar e em outras faces inviabiliza acesso a benefícios por recortes de renda ainda incompatíveis com as realidades das famílias nos diferentes territórios. Todavia, ainda que o valor seja ínfimo, ela destaca que é o que lhe vale enquanto outros auxílios não surgem, sobretudo pelo fato de que, residindo e estudando em municípios diferentes, e prestes a começar o estágio, a rotina inviabiliza o trabalho.

"O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias. Devem estar cadastradas famílias de baixa renda: que ganham até meio salário mínimo por pessoa; ou que ganham até 3 salários mínimos de renda mensal total" (CAIXA, 2020).

E, em se tratando especificamente no contexto dos programas de auxílio estudantil Maria, em seu terceiro ano de curso, ainda não conseguiu ser contemplada, alegando que além de informações bastante limitadas acerca dos prazos dos editais, as vagas são reduzidas e, quase sempre, não atendem à demanda necessária.

Por mais que pode... era razoável, que era até pouco o valor de oitenta e três reais, mas era o que eu conseguia pagar uma passagem de ônibus, pagar almoço pra mim na universidade, então para mim sempre foi muito importante essa questão de ter o benefício [...] Eu utilizo às vezes para pagar almoço, para pagar de ônibus, porque nem sempre... é... algumas... às vezes eu preciso ir de coletivo, sem ser o escolar... aí tem essa questão de colocar dinheiro no cartão do ônibus, então eu utilizo bastante... (MARIA)

Esta passagem da fala e da trajetória de Maria certamente contextualiza a vida de tantas/os outras/os jovens que, adentrando à Educação Superior, utilizam do recurso do Bolsa Família para subsidiar suas despesas, tanto no espaço mais direto da universidade, quanto nas demais demandas cotidianas. É o que também aponta o José, outro interlocutor da pesquisa, quanto questionado sobre a contribuição do benefício em sua vida acadêmica:

Ajuda bastante! Porque lá em casa... assim... como eu sou casado com minha esposa agora, ela saiu do núcleo familiar da mãe dela e fez o Bolsa Família dela, aí como a gente é casado, tinha que me incluir no dela também... a gente recebe R\$ 179,00 mensal. Todo mês a gente tira isso [...]. Mas sempre ajudou, porque do dinheiro do Bolsa Família, quando eu tava em Química, eu comprei o avental, além da nossa alimentação mesmo, lá também... porque... por mais que ela tava trabalhando de doméstica, tava conseguindo sustentar alguma coisinha, só que agora no momento ela tá desempregada também e a única fonte de renda que a gente tá tendo no momento é o Bolsa Família e o auxílio agora do Jovem... do programa... Renda Mínima [...] Ajuda bastante! Ajuda! Ajuda porque... você tem aquela certeza: "eu posso pedir dinheiro emprestado pra certo colega, pra comprar apostila, pra comprar isso, comprar aquilo, e saber de onde eu vou tirar pra pagar. Tem aquela segurança". E ao mesmo tempo, passa a segurança pra aquela pessoa que tá emprestando (JOSÉ)

Aqui vale destacar, além do Programa Bolsa Família, o acesso a outros programas de transferência direta de renda. Neste caso específico, José faz referência a um programa Municipal que concede um auxílio de média de R\$ 500,00 para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que para ele se faz imprescindível no momento em que, afetado pelo desemprego e com as demandas financeiras da família e do contexto acadêmico, é o subsídio para manter-se na universidade. Ele complementa:

[...] Vem aquela questão: tem hora que dá pra comprar as coisas de casa... tem hora que dá pra comprar as coisas da universidade... mas sempre o estudo em primeiro lugar! [pausa] Que nem faltou arroz, faltou feijão, a gente

pede um pouquinho ao vizinho emprestado [tom de voz como as coisas se ajeitam]. Fala com os pais dela, pra ver se tem como ajudar, falo com minha mãe pra ver se dá pra dar uma coisinha, e assim vai... porque o nosso foco no momento é terminar essa faculdade e ver de onde tirar uma renda. Por isso que eu quero seguir a História até o final.(JOSÉ)

Em suma, compreende-se que hoje o Programa Bolsa Família é um dos principais instrumentos para alívio imediato da pobreza, principalmente em se tratando das famílias que têm este benefício como sendo a única renda mensal. Entende-se, com base em situações como esta vivenciada por Joana, José e Maria, alguns dos impactos positivos que os programas de transferência de renda produzem, pois mesmo que o benefício seja de pequeno valor monetário, esses programas ocupam um papel central nas alterações das condições de vida das famílias atendidas tanto no aumento da capacidade de consumo familiar, quanto produzindo efeitos na educação, saúde, nutrição, além da promoção de melhorias em indicadores socioeconômicos e diminuição da pobreza e desigualdade de renda no Brasil. (VIEIRA, 2020)

É salutar a importância dos programas de transferência de renda para as famílias e indivíduos que, historicamente, não possuíam o mínimo capital para acessar bens e serviços e, de certo modo, um tanto quanto óbvio, isso também causa repulsa em parte significativa da população que convenientemente entende a distribuição de renda como sendo algo desnecessário e injusto. A estigmatização e os estereótipos acerca dos beneficiários dos programas sociais são uma das interfaces do processo de exclusão, recriando e potencializando as desigualdades

Como pondera Campello (2014)

Costumo dizer que o principal obstáculo ao Bolsa Família ainda é o **preconceito contra os pobres**, como se as pessoas fossem pobres por opção própria, porque são preguiçosos ou perdedores. Há grandes mitos, segundo os quais as famílias têm mais filhos para aumentar o valor do benefício e os beneficiários têm preguiça de trabalhar... (CAMPELLO, 2014, p. 608, grifo da autora).

O fato é que, quando as classes populares passam a acessar bens e serviços, muitas das vezes viabilizado pela transferência de renda, esse evento incomoda uma elite que passou a perceber pessoas empobrecidas ocupando os espaços outrora reservados a pessoas ricas. Isso desencadeia uma repulsa às pessoas que, sendo beneficiadas por esses programas, desenvolvem estratégias e condições mínimas para acessar outras políticas públicas, a exemplo destas que com o benefício do Programa Bolsa famílias e

de passaram a subsidiar-se nas estratégias de acesso e até mesmo de permanência na Educação Superior. Não obstante, são tão comuns - embora inaceitáveis - as cenas de preconceito, discriminação, violências e violações de direitos deste público em escolas, universidades, locais de trabalho, dentre outros tantos espaços que deveria ser de acolhida e legitimação de direitos.

2.2 – Políticas Afirmativas na Educação Superior

Vale aqui contextualizar que a Educação Superior acessível à população empobrecida ainda é uma realidade recente e a democratização do ensino, de um modo geral, bem como as políticas sociais, são um processo em construção no Brasil. A universidade, tal como tantos outros espaços de direito, foi negada à grande parte da população empobrecida do país por séculos e, ainda hoje, é uma situação desafiadora.

A história do desenvolvimento do ensino superior no Brasil mostra que este nível educacional esteve destinado a segmentos sociais hegemônicos, tendo como principal função a formação de lideranças intelectuais, políticas e econômicas. Ainda hoje, o acesso à educação é caracterizado por conferir privilégios ou privações para grupos específicos da sociedade (VARGAS, 2011). Este cenário ainda é verdadeiro na atual realidade da educação brasileira que, entretanto, preconiza o ensino obrigatório e de qualidade para toda a população. Grande parte da população pobre tem poucas chances de construir um percurso de longevidade educacional até a educação superior (QUEIROZ, 2006; PAIVA & BURGOS, 2010). Apesar da recente implementação de políticas, para garantir acesso e permanência de grupos historicamente segregados, os avanços ainda são insuficientes (HERINGER, 2013). Considerando este cenário, compreendo que o ensino superior é um espaço importante para refletirmos sobre os ciclos de reprodução das desigualdades sociais (SILVA, 2018, p. 18).

Sabe-se que o acesso e a permanência na universidade é, ainda, desafiador para as classes populares, sobretudo por conta das trajetórias de exclusão vivenciadas. Muitas/os jovens não vislumbram, em seus projetos de vida, o percurso acadêmico como sendo algo viável e acessível, dadas as condições de exclusão que permeiam suas vidas. O empobrecimento, a marginalização, o racismo estrutural e simbólico, as discriminações de gênero, orientação sexual, identidade e território podem ser marcadores de desigualdades que reverberam e se reproduzem no contexto acadêmico. Entende-se que a universidade configura-se, ainda, um espaço de reprodução destas tantas desigualdades experienciadas desde sempre em outros espaços institucionais e relacionais no qual estiveram inseridos.

Na contramão das exclusões e dos projetos que segregam e colocam à margem tantas pessoas, há trajetórias, como as de Joana, José e Maria, que desafiam as adversidades e arriscam, nos espaços acadêmicos, refazer histórias, na compreensão de que o Ensino Superior pode ser, inclusive, ferramenta para superação das desigualdades e rompimentos de ciclos de empobrecimento que demarcam suas vidas, de suas famílias e das comunidades em que estão inseridos. Acessar a Universidade para eles é, de certo modo, boicotar um sistema que não fora construído para que estes espaços os acolhesse.

Então eu ouvia muito isso: “Quem disse que faculdade é coisa de pobre, menina?”. “Quem disse que...” Eu ouvia demais isso: “Faculdade né coisa de pobre não”. “Pobre o máximo que faz aí é um ensino médio... e olhe lá, então o que que um pobre quer na universidade?”. E isso é... de certa forma serviu pra mim como um... como é que eu posso dizer... de certa forma como aquele gás: “Não! Eu vou provar que pobre pode, sim, chegar à universidade”. Até porque é universidade pública. É um direito nosso de estar lá! Então eu ouvia muito isso e isso ficou na minha cabeça questionando: “Mas porque não, porque pobre não pode chegar à universidade se... se já que o intuito dela ser pública é... de certa forma o acesso para pessoas que não têm como pagar o ensino superior...” Então ela tá lá é pra gente! Então por que que eu não posso chegar até ela? Teve muito isso... (JOANA)

A fala de Joana diz muito sobre a resiliência e a “força de vontade” das pessoas empobrecidas que se arriscam nestes espaços de enfrentamento e transformação individual e coletiva, mas diz muito mais sobre a necessidade de que se consolidem as políticas públicas no âmbito da Educação Superior no intuito de viabilizar que essas mesmas pessoas - e tantas outras - podem ter espaços para formação gratuita e de qualidade. A democratização e expansão das universidades, sobretudo para os territórios e cidades do interior do país ainda é uma realidade relativamente nova, se pensarmos que, em séculos passados, as vagas nas universidades eram exclusivas de uma elite branca e metropolitana e, apenas há aproximadamente vinte anos é que as Universidades Públicas passam a se desprender das capitais e metrópoles e se instalar nas cidades interioranas tendo maior capilaridade e condições de acesso por populações rurais e de territórios que estão distantes dos grandes centros urbanos e capitais.

Evidentemente, o mérito em expandir o ensino superior no país como um instrumento de democratização da educação é algo louvável, principalmente quando reconhecidamente articulado com políticas afirmativas concretas como o Programa Universidade para Todos – PROUNI, do Governo Federal, que até 2003 seria responsável pela inclusão de cerca de 200 mil estudantes. Entretanto, há de se acautelar quanto aos riscos de um possível crescimento desordenado no setor privado, que envia milhares de pedidos de abertura de cursos ao MEC, acirrando a concorrência, multiplicando os cursos, causando

o fracionamento de recursos que deveriam ser destinados aos cursos já existentes nestas instituições e por consequência, provocando não raramente resultados qualitativos muito aquém do desejável nestas escolas, especialmente a partir da década de 1990, como têm insistentemente alertado os dados levantados pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (FRANCO, 2008, p. 05).

Se nos reportarmos à Região Oeste da Bahia, mais especificamente à Cidade de Barreiras, pólo que acolhe o maior número de estudantes universitários desta região, constata-se que até a década de 1990 havia apenas o Campus da UNEB - Universidade do Estado da Bahia. Atualmente, no âmbito das instituições públicas, além do Campus da UNEB, existe o Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA e, mais recentemente, o Campus da Universidade Federal do Oeste Baiano – UFOB (que possui campus também em outras três cidades do macroterritório). Se considerarmos esta temporalidade, compreenderemos que, de fato, houve um crescimento significativo em relação à oferta de cursos superiores em diferentes áreas de formação por meio de instituições públicas no oeste baiano.

Além da expansão das universidades, há que se pensar, obviamente, sobre as condições de acesso. Um dos marcos para viabilizar tal inclusão foi a Política de Cotas, instituída por meio da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, a qual prevê a reserva de vagas para pessoas Pretas, pardas e indígenas nas universidades.

Além do impacto no pensamento acadêmico, as cotas poderão provocar igualmente uma mudança muito positiva na convivência acadêmica atual. É fundamental que jovens brancos e negros acompanhem juntos seus cursos e possam misturar suas biografias individuais, até agora tão distantes, uns aprendendo com os outros a lidar com o abismo social que foi colocado entre eles na presente geração de brasileiros. Ao invés das projeções mútuas e dos temores à distância, os estudantes brancos e negros terão que enfrentar concretamente suas diferenças e inventar mecanismos de diálogo necessários para a cooperação que deles se espera se queremos de fato integrar nossa sociedade já altamente segregada. Esse vínculo afetivo é um dos melhores antídotos contra a indiferença dos brancos frente à discriminação sofrida pelos negros e também contra o ressentimento que pode surgir nos negros em relação aos brancos, detentores de privilégios frente a eles. Temos que apostar na formação de uma geração verdadeiramente mista do ponto de vista racial para consolidar novas políticas públicas que revertam o ciclo de segregação atualmente instalado no Brasil e que possam servir de exemplo sincero, e não meramente ideológico, de uma democracia racial (CARVALHO, 2004, p. 41).

Ainda que a lei de cotas tenha sido um dos principais instrumentos de reparação histórica das ausências de pessoas negras nas universidades, ela, por si só, não basta. Inclusive porque após o acesso, os desafios para a permanência são recorrentes neste universo. Destacam-se, portanto, no âmbito das políticas de permanência instituídas nas instituições públicas de Ensino Superior os programas de Assistência Estudantil. E, neste bojo, cabe destacar, também, as burocracias que permeiam a efetividade dos mesmos, como aponta Joana:

Então... foi um pouco difícil, porque tem o edital, né, que a Universidade lança e é muuuito burocrático [alonga e dá ênfase na palavra para focar na intensidade da burocracia], até porque eles precisam ser muito criteriosos nessa questão do auxílio, né? Aí, é... tem muito essa questão de burocracia e aí já teve mais essa coisa de correr atrás pra entender, porque muitas coisas é... eu não entendia até então muitos termos lá da universidade e aí eu lutei bastante até que de início teve... é... quando saiu o resultado parcial aí sempre tem, tem aquela questão que... teve internet que falhou e tava constando que eu não tinha enviado e-mail e eu tive que entrar com recurso... e foi isso... foi mais a questão burocrática, que eu tinha que mandar toda a documentação do meu núcleo familiar, no caso, meu pai e minha mãe... e... inclusive na mudança de um curso pro outro... porque a UFOB, às vezes... quando... porque no caso eu tive quebra de matrícula, porque diferenciou minha matrícula, de 2018 pra 2019, então eu tive que correr atrás pra manter esse auxílio, aí eu tive que procurar o pessoal da assistência social lá da UFOB, pra poder tentar manter esse auxílio, pra poder me manter na Universidade em si... que foi mais outra burocracia pra poder provar por que eu pretendia mudar de curso [uma entonação que remete ao cansaço burocrático] então toda essa burocracia que tem dentro da universidade... lá... pra... na questão dos auxílios... (JOANA)

Ainda ponderando sobre os processos burocráticos e que por vezes inviabilizam o acesso a auxílios no âmbito acadêmico, destaca-se a fala de Maria:

Eu fui pra participar pelo PIBID... só que eu cheguei lá... eu fui mais a minha colega... quando eu cheguei lá eles disseram que eu precisava d'uma conta corrente no Banco do Brasil... e eu fiquei sabendo já praticamente no último dia... E eu fui no outro dia, né, pra fazer... Só que quando eu cheguei... Eu saí de lá já era uma hora... não daria tempo d'eu vir, fazer conta e voltar pra UNEB, porque eu também já não tinha condições do gasto, duas vezes, indo e voltando... Aí eu desisti. Quando eu ficava sabendo dos editais já tinha passado... quando a gente sabia já tinha passado, já tinha preenchido as vagas... Era muita gente pra pouca vaga... [tom de descontentamento] porque tem sim os programas na UNEB: residência, tem PIBID, tem o Mais Futuro...(MARIA)

O PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, mencionada pela estudante é uma ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação para os cursos de Licenciatura, o qual pretende colaborar no processo

formativo e subsidiar os estudantes contemplados por meio de bolsas (aporte financeiro) para incentivo na execução destas atividades acadêmicas. Todavia, como aponta Maria, são programas que, neste contexto, ainda não se faziam acessíveis para todas/os estudantes com perfil, como fora seu caso, pois diante o número reduzido de vagas, não conseguiu ser inserida no projeto.

Outra questão importante apontada por Maria é a limitação para acesso aos editais dos Programas de Assistência Estudantil, questões que a priori podem parecer irrelevantes, mas que são factuais. Pelo fato de morar em outro município e se deslocar diariamente para a Universidade no transporte escolar e/ou transporte público, isso interfere nas condições e nos horários para socialização ou integração no próprio espaço acadêmico. De certo modo, ela entende que não participa da rotina do *Campus* para além da sala de aula e isso reflete no seu pouco acesso às informações que circulam nos murais, nos corredores e outros espaços em que não tem possibilidade de acessar dado o pouco tempo disponível para isso. Neste sentido, ela complementa:

O que tá precisando dentro das universidades é isso: Auxílios pra ajudar pessoas de baixa renda a permanecer... [fala com ênfase] [...] É... Porque chega um momento que muitos desiste... porque num... num consegue... não consegue... Alguns, graças a Deus, na minha turma que eu estudei não precisaram [desistir]... conseguiram estágio... Eu tenho uma colega minha que já tá estagiando... como monitora... estagia meio período... que igual ela falou: que ajuda ali nas apostilas... E que a gente precisaria mais disso... principalmente na Uni... Pelo menos na UNEB, que eu estudo, os programas são poucos... pra demanda de muitos alunos... Acaba sendo pouco... [uma pausa de lamento] eu não sei nas outras... (MARIA)

É indiscutível, na análise das trajetórias do/as estudante/es entrevistado/as, a importância dos programas de Assistência Estudantil para sua permanência na Universidade, tal como fora essencial a garantia das cotas raciais para que estes pudessem acessar a educação superior, considerando que toda/os se autodeclararam como sendo negras, pretas, ou pardas. Todavia, como apontam suas falas, a necessidade de expansão dos programas de assistência estudantil é urgente e necessária, no intuito de garantir sua permanência na Universidade, pois ainda que consigam utilizar os recursos do Bolsa Família e de outras fontes eventuais de renda, a necessidade de aporte financeiro dentro da academia é desafiador e ameaçador da permanência nos cursos.

Eles (os programas e auxílios) são essenciais, porque por mais que eu falasse: "Ah! Eu tenho... o meu sonho é fazer tal curso... mas se eu não tivesse esses pilares financeiros, não tinha como eu realizar esse sonho.

Ficaria inviável pra mim. Como que eu ia me manter, numa cidade... por mais que a universidade é gratuita, mas tem todas as outras questões que... que a gente tem que arcar financeiramente. Pra mim foi um dos pilares pra poder... esses... tanto auxílio da universidade quanto o benefício do Bolsa Família foi os pilares financeiros pra mim poder nem só ingressar como pra mim permanecer na universidade. (JOANA)

Quando nos dispomos a refletir sobre as questões de empobrecimento, de segregação e das tantas exclusões que afetam parte grande da população brasileira nos damos conta do quanto ainda há que ser feito. No entanto, não se pode perder de vista os avanços já existentes nestes contextos. Observar as trajetórias de Maria, Joana e José nos remetem a tantas outras histórias de vida que foram demarcadas por estes processos de superação de vulnerabilidades por vias do acesso às políticas sociais. Ainda que com tantos entraves e desafios, percebe-se que as ações que visam ao acesso e permanência de pessoas empobrecidas na Educação Superior estão se tornando se intensificado no decorrer dos anos e, ainda embora tão radicalmente ameaçadas em um contexto político e econômico mais recente, seguem em perspectivas de reestruturação.

3 – (DES)CAMINHOS POSSÍVEIS

Considerando todos os processos históricos de marginalização que vão da escravização às negações atuais e direitos sociais básicas, como saúde, educação, alimento, teto e tantas outras condições mínimas de subsistência, não se pode perder de vista que há projetos econômicos, políticos e ideológicos em curso, os quais definem – para o bem ou para o mal – as histórias de vida. E não há como compreender as situações de pobreza ou mesmo as condições de acesso às políticas públicas como sendo uma responsabilidade ou culpa das pessoas empobrecidas, que são vítimas deste processo colonizador ainda em curso.

Não se pode perder de vista os ataques não somente às políticas, programas e serviços que são implementados, pois igualmente ameaçadas, diretamente, são as vidas, os sujeitos e suas subjetividades neste sistema excludente e opressor. Não se pode mais conceber que as instituições públicas reproduzam as antigas e recorrentes práticas, metodologias e ideologias de dominação das pessoas empobrecidas. Há que se combater as exclusões dentro e fora dos espaços acadêmicos. Isso porque – vale aqui enfatizar - que as estratégias de acesso e permanência na Universidade perpassam não somente pelos elementos de ordem financeira e institucional, mas estão intrinsecamente relacionados também às questões identitárias, territoriais, de gênero e raça, uma vez que

Os programas sociais e de transferência de renda, assim como a própria situação de pobreza, não se configuram tão somente como uma questão monetária, mas como complexas e múltiplas ausências e privações ao longo das trajetórias dos sujeitos. (VIEIRA, 2020)

Destarte, não finalizando, mas reparando em tantas facetas da pobreza, das alternativas para superação das desigualdades, bem como as compreensões sociais acerca dos sujeitos empobrecidos e das condições de superação das vulnerabilidades, o fragmento do conto do Barão de Munchausen pode ilustrar alguns destes (des)caminhos:

Uma outra vez quis saltar um brejo mas, quando me encontrava a meio caminho, percebi que era maior do que imaginava antes, puxei as rédeas no meio do meu salto, e retornei à margem que acabara de deixar, para tomar mais impulso. Outra vez me saí mal e afundei no brejo até o pescoço. Eu certamente teria perecido se, pela força de meu próprio braço, não tivesse puxado pelo meu próprio cabelo preso em rabicho, a mim e a meu cavalo que segurava fortemente entre os joelhos. (RASPE, s/d, p. 40, *apud* BOCK, 2001, p. 24).

Há quem acredite que superar as situações de pobreza depende dos sacrifícios individuais do próprio sujeito que fora empobrecido nestes processos históricos e desiguais. Os caminhos para que pessoas empobrecidas possam superar tais situações não depende tão somente de seus esforços. É necessário que sejam implantadas e implementadas políticas públicas efetivas que garantam direitos e condições de escolhas e participação.

Aqui refletimos especificamente sobre a trajetória de três jovens de uma cidade do interior, com grande perfil rural, que se autodeclararam negras e percebem-se em condições de empobrecimento há muito vivenciadas por suas famílias. Estes entendem que, o acesso ao Programa Bolsa Família, bem como à Assistência Estudantil e demais políticas afirmativas no âmbito da Educação Superior foram imprescindíveis para que conseguissem entrar e permanecer na Universidade, além das redes de apoio, das relações e aspectos subjetivos que permeiam este espaço.

Há que se atentar para o fato de que as políticas sociais e de transferência de renda passam por mudanças conceituais e práticas no atual contexto político e econômico, portanto é extremamente necessário que sejam pensadas a robustez destes programas, sua continuidade e efetividades, bem como adequação de critérios aplicáveis às realidades dos sujeitos e famílias em seus diferentes territórios. Inclusive por considerar que, as condicionalidades postas em sua origem, são basilares, mas não limitantes, tendo como exemplo a possibilidade dada pelo programa em subsidiar acesso à universidade como as trajetórias aqui apontam.

De igual modo, é salutar refletir sobre o processo de democratização ao Ensino Superior, as políticas internas das universidades, os programas e projetos que são implementados com vistas à permanência das/os estudantes. Vale ressaltar que, neste contexto, são importantes não somente estratégias que visem a um aporte financeiro - extremamente necessário -, mas que sejam também efetivadas ações no sentido de criar redes de apoio, atenção às condições de afiliação e reconhecimentos das diferentes identidades e subjetividades que permeiam os espaços acadêmicos. Tal como as condições financeiras precisam ser percebidas e as carências superadas, os elementos subjetivos das vidas de estudantes também merecem atenção e acolhimento nestes espaços, afim de aviltar situações de exclusão, segregação e marginalização nos contextos acadêmicos.

O acesso e a permanência na Educação Superior dependerão, portanto, não somente dos desejos, sonhos e disposição das estudantes que vislumbram estes espaços como sendo alternativas para transformação de realidades e projetos de vida. A continuidade das políticas afirmativas na reparação de faltas históricas, a consolidação de programas de transferência de renda para garantia mínima de acesso e bens e serviços, a democratização do ensino superior nos diferentes territórios com programas de assistência estudantil acessíveis são algumas das estratégias que podem garantir transformações individuais e coletivas mais efetivas.

REFERÊNCIAS

- BOCK, A. M. B. A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. Cap I. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (Orgs.) **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 21-46.
- BRASIL. **Lei n. 8.742**, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social, Brasília: 1993. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 02 nov. 2017.
- CAIXA. **Cadastro Único**: o que é. Disponível em: <<https://www.caixa.gov.br/cadastros/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 12 mar. 2020.
- CAMPELLO, T. Brasil tem primeira geração de crianças sem fome (entrevista). **Bahia Análise & Dados**. Salvador: SEI, v. 24, n. 4 (Programa Bolsa Família na Bahia: impactos e desafios), p. 607-610, out. - dez. 2014.
- CARVALHO, J. J. **Uma Proposta de Cotas para Negros e Índios na Universidade de Brasília**. O público e o privado. Fortaleza, n. 3, p. 09-59, jan. - jun. 2004. Disponível em: <<http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=265>>. Acesso em: 03 jun. 2018.
- FRANCO, A. P. Ensino Superior no Brasil: cenário, avanços e contradições. **Jornal de Políticas Educacionais**. São Paulo, n. 4. p. 53-63, jul. - dez. 2008.
- GOMES, I.; MARLI, M. As cores da Desigualdade. **Retratos**: A revista do IBGE, n. 11, p. 14-19, maio 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- LAVINAS, LANE. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Revista Econômica**, v, 4, n. 1, p. 25-59. 2003. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication>>. Acesso em: 24 jan. 2020.
- MDS. **O que é**: conheça o Programa Bolsa Família. Brasília: MDS, 01 jul. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em 09 abr. 2017.
- MDS. **Relatórios de Informações Sociais**. Brasília: MDS, 2018. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>>. Acesso em: nov. de 2018.
- MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e cultura**, v. 4, n. 2, p. 31-43, jul. - dez. 2001. Salvador, 2018.
- SILVA, S. A. **Travessias improváveis**: permanência de estudantes das camadas populares no curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia,

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VIEIRA, Eric Gamaliel dos Santos. **“COMO É QUE POBRE FAZ UNIVERSIDADE?” O ACESSO E PERMANÊNCIA DE BENEFICIÁRIAS/OS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**. Dissertação de Mestrado Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, Bahia, 2021.